OS ANARQUISTAS E A GUERRA

Resposta à "Acción Libertaria,,

O INTERNACIONALISMO

«Todos os povos se consideram atacados (pelo «inimigo externo», na actual guerra), e todos o são, com efeito, pelos diversos militarismos e oligarquias», escrevêramos nós, menos o parêntese explicativo. *Acción Libertaria* (3 de Setembro) entende que isso só é exacto como princípio ou idea geral, a que se sobrepõem por agora os factos presentes.

Para nós, a êsse princípio, nascido da observação dos factos, corresponde um método de acção, que as actuais circunstâncias vieram reforçar e tornar mais necessário. Hoje mais do que nunca, devemos combater as oligarquias, o Estado e a sua função e instrumento mais essencial — o militarismo; é quando os povos se chacinam por aquelas causas fundamentais que mais urgente se torna a prática do internacionalismo, antiestatal e antimilitarista, manifestado sobretudo no ataque às oligarquias internas, aos fautores internos de carnificina, ao imperialismo pátrio. Se nos convencêssemos de que os factos invalidaram na prática aquele princípio; se para nós houvesse guerras de Estado «defensivas»; se chegássemos a identificar o Estado com a nação e com a liberdade do povo e a julgar capazes de as defender a guerra internacional e a nossa intervenção nela, ao lado dum grupo de potências; se descobríssemos uma solidariedade nacional entre as classes e confundíssemos qualquer espécie de liberdade popular com a vitória duma coligação de Estados, então, parece-nos, verificaríamos também que a essa prática deve corresponder outro princípio, abandonaríamos o internacionalismo anarquista e seríamos quando muito democratas sociais (e ainda!). Lutaríamos pela evolução democrática do Estado e pediríamos um exército «defensivo», para o garantir.

Acción Libertaria tem, porêm, outra lógica. Para ela, aquele princípio só serve para o tempo de paz e para as vésperas de conflagração — embora se arrisque então a desorganizar o instrumento estatal de defesa, precisamente nos países libertàriamente mais adiantados!

Declarada a guerra, aquele princípio só devia ser manejado pelos revolucionários austro-alemães, na opinião do semanário de Gijón, que considera como únicos agressores os impérios centrais.

Ora o povo austro-alemão, educado como os outros nos preconceitos patrióticos e respirando uma atmosfera de mentiras criada pela imprensa, julgou-se agredido por uma coligação de potências e constrangido a defender a pátria e a liberdade, sobretudo contra a Rússia. A social-democracia aceitava o conceito de Pátria-Estado e o de solidariedade nacional das classes, identificava, mais ou menos abertamente, em maior ou menor grau, a vitória da expansão industrial alemã com o triunfo das reformas sociais e do socialismo. Para ela, a guerra era igualmente uma questão de defesa da democracia social contra o tsarismo e contra o mundo todo.

Como havia ela de manejar o nosso princípio internacionalista e antiestatal? Já o escrevemos em nosso número de 11 de julho:

«Se a social democracia austro-alemã estivesse animada de verdadeiro espírito socialista, revolucionário e internacionalista e decidida a opôr-se a uma guerra, sem distinções superficiais ou sofísticas, teria certamente aproveitado a circunstância de ter partido dos impérios centrais a declaração oficial, o rompimento das hostilidades, pois que ela lhe facilitaria a acção revolucionária. Mas para isso era justamente necessário ter pôsto de parte o conceito burguês de Pátria-Estado, não ter admitido as guerras de «defesa», sempre fáceis de arranjar na hora trágica, não haver educado os trabalhadores nessas ideas antiproletárias e conservadoras.»

Ainda que a social-democracia pudesse ter convencido o povo de que fôra a Alemanha o árbitro da hora, demonstrando assim a sua vontade guerreira e agressiva, ¿que teriam respondido homens levados a crer numa pátria a defender, numa comunidade de interesses entre a burguesia e o proletariado, numa identidade entre a vitoria do Estado e a liberdade e independência populares? Teriam respondido que a iniciativa do ataque é muitas vezes um meio indispensável de defesa e que, em todo o caso, a guerra era um facto consumado, era urgente correr a salvaguardar o património nacional, ficando para liquidar no fim a questão das responsabilidades internas.

Para nós, se o facto de ter pertencido aos impérios centrais, ao menos na aparência, a escolha do momento da conflagração facilitava a tarefa revolucionária e internacionalista da social-democracia, proporcionando-lhe um argumento visível e claro, a tarefa, mais ou menos difícil, era a mesma para os revolucionários sociais de todos os países: luta contra o Estado, o Capitalismo e o militarismo, especialmente contra os *nacionais*; recusa formal e ruidosa de colaborar com o govêrno e a burguesia e de aderir à «União sagrada». Se alguma emulação devia haver entre os revolucionários de Estados inimigos era no ataque de cada um deles aos seus próprios amos. Frisar as responsabilidades especiais da Alemanha e Austria deve ser tarefa de revolucionários austro-alemães, muitos ou poucos; aos outros cabe o trabalho de apontar as responsabilidades internas, de combater o inimigo interior, dando assim uma prova impressionante de internacionalismo.

Eis, para os franceses, por exemplo, não só o melhor meio de salvaguardar para o futuro o antimilitarismo revolucionário e o sindicalismo luta de classes, livrando-os da necessidade lógica de aceitar guerras e exércitos defensivos e uma solidariedade nacional, mas também a maneira mais eficaz de favorecer na Alemanha a acção dos socialistas como Liebknecht e dos anarquistas. Eis o mais seguro modo de *intervir* na guerra em defesa dos «valores ideais» e das liberdades adquiridas, mantendo no interior as fôrças libertárias de resistência popular e suscitando no exterior energias paralelas — para qualquer eventualidade, seja qual fôr o resultado final da guerra.

Assim compreenderam a sua tarefa específica as maiorias ou fortes minorias dos socialistas de muitos países beligerantes ou neutrais (Rússia, Sérvia, Bulgária, Itália, Inglaterra, etc.) que lamentam o triste espectáculo das maiorias socialistas austro-alemãs e francesas, justificando-se igualmente com a defesa da democracia e acusando-se recíprocamente de traição à Internacional; e assim, sobretudo, não podem deixar de o compreender os anarquistas.

Não se trata, pois, de cruzar os braços e ficar indiferente à luta; trata-se de saber qual é o meio mais eficaz de trabalhar para que não se repitam essas hediondas carnificinas internacionais, qual é a melhor forma de intervir na contenda em benefício do ideal de emancipação colectiva. Esforçar-nos-hemos por o mostrar mais claramente, respondendo a algumas preguntas e objecções que nos faz *Acción Libertaria*, embora já o tenhamos feito desenvolvidamente, durante um ano de discussão.

Porque, contra o que supõe *Acción Libertaria*, não só lemos atentamente — e diàriamente — os argumentos dos intervencionistas, mas temos cuidadosamente respondido a todos. Para comentar alguns dos escritos que ela nos aconselha, escrevemos até longos artigos especiais: assim o de 29 de Novembro de 1914 em resposta a Krapótkine; o de 7 de Fevereiro em resposta a Malato; os artigos de fundo dos números 243 a 247 (21 de Março a 18 de Abril) em resposta precisamente aos escritos de Grave que *Acción Libertaria* anda traduzindo. Estes últimos cinco artigos nossos foram depois resumidos num sexto, que saiu no número de 16 de Maio.

Trechos escolhidos

A emancipação! Sim, deu-se a liberdade aos servos, e Alexandre o tsar filantropo, foi admirado e gabado por todos os liberais europeus, como o fôra Catarina por Voltaire e Diderot. E, de facto, foi um magnífico ukase. Oh! magnanimidade imperial! Oh! desinteressada nobreza! Setenta milhões de servos, de golpe e sem mais aquela tornados livres!...

Mas escuta, louca que me interroga:

Um homem tinha um cão. Utilizava-o em dar volta à roda de seu assador, em arrastar pequenos carros, em morder as patas das ovelhas que se apartavam do rebanho e, em recompensa destes serviços, batia-lhe sem trégua, sem fim, com prazer. Ao menos, porém, dava-lhe de comer, comida mesquinha e repugnante, é verdade, mas comida, enfim.

Um dia o homem disse ao cão:

— Vai-te, sai daqui, és livre.

O cão preguntou:

— Para onde irei?

— E's livre!

— Que farei?

— E's livre!

— Que comerei?

— E's livre!

— Mas rebentarei de fome e sêde!

— Já te disse que és livre.

E desde então, seco e esquálido, a pele rugosa e salientes os ossos, o cão aí anda errante, faminto, mordendo o ar, devorando os próprios excrementos.

E'... livre!

E qualquer dia, amanhã, esta noite talvez o seu focinho deformado espantará os transeuntes, a não ser que o encontrem pelas planuras, com a febre no olhar, baba nos dentes, raivoso...

Oh! antes de morrer, oxalá enraiveça, — e que, enfim, este cão livre morda duma vez!

CATULLE MENDÊS.

NA BARRICADA

Semanário anarquista do Brazil — Preço: $20 (20 réis). A' venda na redacção de "A Aurora,,. Em Lisboa na Tabacaria Ideal, rua dos Correeiros, 211.